

CAMPO INTELECTUAL E FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO, UM CONTRIBUTO DE PIERRE BOURDIEU À ACADEMIA

Edna Raquel Hogemann¹

RESUMO

O presente ensaio se propõe a tecer breves considerações a respeito dos métodos de pesquisa e do ensino e à finalidade a que se destinam - quais sejam, a da descoberta e da transmissão do conhecimento, por intermédio da produção científica acadêmica. Para tanto, se recorre às bases epistemológicas do pensamento de Pierre Bourdieu naquilo que é pertinente à construção do conhecimento, com apoio na ideia de “campo intelectual”, e em concepções afins, a partir da experiência de Kant de Lima. Classifica-se a pesquisa como exploratória, de tipo qualitativo, com recursos bibliográficos e método dialético.

PALAVRAS-CHAVE: métodos de pesquisa – ensino – academia – trabalho científico – campo intelectual

ABSTRACT

This essay intends to make brief considerations about the research and teaching methods and the purpose for which they are intended - namely, the discovery and the transmission of knowledge through academic scientific production. In order to do so, it draws on the epistemological basis of Pierre Bourdieu's thinking in what is pertinent to the construction of knowledge, supported by the idea of “intellectual field”, and related conceptions, based on the experience of Kant de

¹ Pós-Doutora em Direito, pela Universidade Estácio de Sá/RJ, Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho - UGF (2006), Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho - UGF (2002), Pós-Graduação Lato Sensu em Bioética, pela Red Bioética UNESCO (2010), Pós-Graduação Lato-Sensu em História do Direito Brasileiro, pela Universidade Estácio de Sá - UNESA (2007), Graduada em Jornalismo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1977) e Bacharel em Direito pela Universidade do Grande Rio (1999). Professora Adjunta III do Curso de Direito, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UniRio. Professora Permanente do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu, em Direito, da Universidade Estácio de Sá - UNESA/RJ . Pesquisadora do GGINNS - Global Comparative Law: Governance, Innovation and Sustainability (Bioethics, Biolaw, Biotecnology) e do Grupo Direito Humanos e Transformação Social.

Lima. The research is classified as exploratory, qualitative, with bibliographic resources and dialectical method.

KEYWORD: research methods - teaching - academy - scientific work - intellectual field

INTRODUÇÃO

A pesquisa representa a possibilidade de criação do conhecimento novo dentro de limites claramente definidos pelas disciplinas acadêmicas e o ensino encarna o processo de transmissão criativa do conhecimento, encarregando-se de reproduzir os valores sociais.

Nesse sentido, o que se pretende no presente ensaio, sem o menor anseio de ter por esgotado o assunto, é examinar e refletir a respeito da importância da escola (*lato sensu*) e dos métodos de transmissão de conhecimento, como modos de integração na sociedade e o importante papel que aquela instituição desempenha como criadora e reprodutora do senso comum, dominante em cada época histórica, em termos de comunicação.

Far-se-á uma breve análise acerca da problemática do campo intelectual, enquanto sistema de relações sociais no qual a criação é realizada, produto da correlação de forças que ali interagem impondo uma dinâmica à atividade artística e intelectual às sociedades. Tal análise, levará a uma abordagem sobre as modificações que ocorreram ao longo da história da produção cultural da sociedade ocidental até os tempos atuais, apontando desde a influência da ascensão da burguesia ao poder, até as atuais perspectivas na preparação do projeto criador.

O papel da escola como formadora do inconsciente cultural será apreciado, no marco de sua função de integração social e de formadora de conhecimentos novos, pela utilização de métodos de ensino e técnicas que passam desde a organização estrutural das instituições de ensino, até às práticas pedagógicas próprias e identificadas com os diversos grupos sociais que atuam na sociedade.

Por fim, será apresentada uma comparação entre o sistema norte-americano de ensino superior e o sistema brasileiro, fruto de uma observação antropológica, envolvendo aspectos culturais diversos e concluindo pela necessidade de um método de ensino de perfil próprio que promova a evolução sem a perda da identidade.

1. Campo intelectual e formação do conhecimento

Introduzir a questão do campo intelectual tal como concebido por Pierre Bourdier, necessariamente exige que se esclareça inicialmente o significado de campo, numa concepção sociológica. Para esse autor, campo se revela como um microcosmo social que possui uma determinada autonomia, com normas e princípios característicos, simultaneamente relacionado e recebendo influencia de um espaço social que lhe é maior. Corresponde a um espaço no qual se dão conflitos entre os sujeitos que o compõem e que nele estão em constante luta por alçar determinadas posições ou pela manutenção do *status quo*. Tais posições são alcançadas pela acumulação de determinados capitais², permanentemente em disputa e que serão mais ou menos apreciados, dependendo das particularidades de cada campo. De tal sorte que tais capitais

² Bourdieu faz referência, para além do capital de carácter económico, a conceitos que criará como: capital social e capital cultural. A partir de uma visão polimorfa, o autor cria noções de capital cultural e capital social, relacionados às heranças culturais, com viabilidades de acesso e inserção, e também à intimidade com certas práticas, colocações, instituições, agentes, áreas de conhecimentos. Ao referir-se ao capital cultural, relaciona-se à carga cultural que cada um de nós recebe – em especial na primeira socialização – e que irá permanecer durante nossa existência, relativa a nossos hábitos e atitudes, de nossa relação quanto aos gostos, colocações e familiaridade (ou não) com determinadas práticas culturais. No que diz respeito ao capital social este tem a ver com as nossas redes de relações que facilitam ou possibilitam nossa entrada em determinados campos, assim como podem contribuir para que alcancemos um status maior nesses espaços.

serão tidos em maior ou menor medida pelos sujeitos participantes dos campos, promovendo as disputas que serão determinantes das posições hierárquicas ocupadas no interior do campo respectivo. Razão pela qual é procedente afirmar que ponderar um raciocínio tendo em conta o conceito de campo, em última instância, é pensar de maneira relacional, na medida em que sempre ter-se-á a imagem presente do outro. Ou seja, é idealizar a(s) parte(s) ou o fenómeno em permanente relação e animação. De igual modo, esse campo ainda implica confrontação, poder, tensão, luta, tomada de posição, na medida em que, o campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”³.

Desse modo, o campo intelectual na acepção de Pierre Bourdier⁴, se configura como um sistema de relações sociais nas quais se realiza a criação como ato de comunicação. Poder-se-ia compará-lo a um sistema de linhas de força que se dispõem, opondo e compondo numa correlação de forças que determina e dá a dinâmica à sua própria existência.

Discorrer sobre o processo histórico do campo intelectual significa relacioná-lo com os diversos domínios de legitimidade.

Na Idade Média, por exemplo, o domínio da instância de legitimidade era exterior (mecenas⁵, Igreja, aristocracia). Entretanto, à medida que os artistas se libertavam desta tutela externa, passavam a se organizar num campo intelectual, aparecendo assim, instâncias específicas de seleção e consagração propriamente intelectuais, apesar das novas pressões externas, agora configuradas pelos editores e diretores.

³ BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. p. 22-23.

⁴ BORDIEU, Pierre. Campo de poder, campo intelectual. Buenos Aires: Folios, 1983, p.21.

⁵ Mecenas é uma palavra da gramática portuguesa classificada como um substantivo masculino de dois números, embora sua origem etimológica reporta-se ao latim *maecenas*, cujo significado diz respeito ao indivíduo que protege os literatos e as letras, bem como aquele que patrocina por meio de recursos financeiros algum artista, evento de caráter cultural ou mesmo certas instituições.

Desta forma, a palavra mecenas tanto pode ser empregada para mencionar um único indivíduo como também alguma instituição. Por ora, a palavra mecenas é um derivativo do termo mecenato, o qual se refere não somente ao patrocínio como também o incentivo dado aos artistas, de modo geral, e suas respectivas atividades de cunho artístico-cultural. (Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/mecenas>. Acesso em 20 set 2019)

Devido à ascensão da burguesia ao poder na Europa, a aristocracia se mistura à *intelligentsia* burguesa e passa a reproduzir seus valores culturais e morais e também as instâncias de consagração e difusão cultural.

O público se expande e o campo intelectual se torna mais complexo e mais independente das influências externas.

Afirma o autor que talvez a amplitude da autonomia do campo intelectual seja a condição ao aparecimento do intelectual autônomo que não conhece e não quer conhecer outras pressões ao seu projeto criador, fazendo com que o objeto de sua obra fique cada vez mais distante do público, em particular, com o advento, no séc. XIX, do Romantismo e as suas teorias da arte pela arte, que coincidem, na Inglaterra com a Revolução Industrial.

No entanto, em relação ao próprio processo criador do artista e do campo intelectual vigente, é inegável o papel do público, que em última análise será o verdadeiro juiz da obra conferindo-lhe consagração ou não.

O advento de um mercado intelectual fez surgir no interior do campo intelectual, como de fundamental importância as figuras do editor e do crítico, que, de acordo com o autor, contribuem para a escolha da formação do conhecimento de uma determinada época, a partir de suas opções que conferem legitimidade ou não à produção deste mercado.

Do ponto de vista da cultura, a legitimação passa, pela Universidade e pela Academia. Isto porque para que uma obra seja efetivamente legitimada, há que haver uma instituição responsável por sua difusão e consagração com parte da cultura legítima. Significa afirmar, de acordo com Bourdieu, que os detentores do monopólio da legitimação cultural são os professores, partes integrantes que são da estrutura institucional da transmissão metodológica do conhecimento, havendo, em relação à Academia, uma pretensão do monopólio dos criadores consagrados e à Universidade, do monopólio da transmissão das obras consagradas.

2. A ESCOLA NO MARCO DO CAMPO INTELECTUAL.

O papel primordial da Escola é o da construção do conhecimento e de reprodução da cultura legítima, bem como o de controlar a formação do conhecimento, trabalhando ao nível de imposição intelectual de *problemáticas obrigatórias* de determinada época, tornando-o contemporâneo, através da construção de parâmetros referenciais que serão determinantes no campo da produção intelectual.

Em verdade, a Escola tem por mister a transmissão dos conhecimentos do passado e o que será demonstrado na formação do conhecimento futuro, estabelecendo regras e diretrizes metodológicas de absorção do conhecimento. A Escola cria e ao mesmo tempo reforça o perfil intelectual do país através do *habitus*, que nada mais representam que sistemas de categorias e dimensões do real.

Há, contudo, verdadeira competição entre a Escola e a Academia, em relação à produção do conhecimento vez que aquela está investida de legitimidade institucional e esta do argumento da autoridade.

O criador ao elaborar seu projeto, dando início ao processo de produção do conhecimento, nunca está completamente isolado, mas inserido num campo intelectual próprio, cujos modelos lhes foram inculcados inconscientemente, e os quais são reflexo da interiorização da cultura objetiva de seu grupo social ou da sociedade de sua época. Dessa forma a obra traz em si a expressão do inconsciente cultural de sua época.

Eis porque os homens cultos de determinada época podem discordar sobre determinados assuntos, mas concordam tacitamente, no tocante à escolha desses assuntos a discordar, expressando, dessa forma qual a problemática obrigatória de seu tempo.

3. OS ESQUEMAS FUNDAMENTAIS DE PENSAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA NOS SISTEMAS DE ENSINO.

Bourdieu considera que a cultura transmitida pela Escola fornece aos indivíduos um conjunto de categorias comuns que permitem a eles uma comunicação mais fácil, pois as instituições de ensino se caracterizam como difusoras e também criadoras de sentidos comuns próprios de determinada época, garantidores dessa facilitação em termos de comunicação.

Caberá ao sistema escolar organizar, dar coerência e consagrar determinados pensamentos de uma época e consolidá-los como hábito de pensamentos comuns (*habitus*) de toda uma geração.

Nesse sentido, a cultura, pode ser configurada como um conjunto comum desses esquemas fundamentais de pensamento, previamente assimilados, e a partir dos quais se articula uma quantidade enorme de outros aplicáveis a cada situação nova, podendo tanto criar quanto escamotear a falta do conhecimento.

As pessoas vivem recorrendo a esquemas de pensamento a fim de organizar seu universo real, utilizando-se dos “referenciais paradigmáticos do real” do que é socialmente aceito e lhes foi previamente ensinado como legítimo, sendo certo que “a realidade não é absoluta. Ela difere de acordo com o grupo a que o indivíduo pertence”⁶.

Assim, o idioma e a Escola operam no sentido de, não somente oferecer parâmetros, mas também de determinar o valor social de determinados aspectos da realidade. De tal forma que o *gosto* nada mais é do que a arte de estabelecer diferenças, desde e em conformidade aos padrões assimilados previamente.

A Escola tem por desígnio fornecer, não só os indicadores, mas também os métodos e programas de pensamento, verdadeiras trilhas, pelas quais

⁶ BORDIEU, Pierre. O que falar quer dizer – A Economia das Trocas Simbólicas, Algés: Difel, 1998., p. 212

caminham livremente os pensamentos, em itinerários previamente escolhidos. Dessa forma a Escola se incumbem de promover a distinção entre o “brega e o chique”, entre o que é cultura e o que é banal, com um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e apreciação.

De outro lado, para T.S. Elliot, citado pelo autor, a cultura reproduzida e criada na Escola é um instrumento de integração de uma elite, razão pela qual, na França, por exemplo, o ensino secundário e o superior estão reservados às camadas mais altas da sociedade, criando um verdadeiro cisma cultural.

Por fim, há que se considerar a importância das instituições de ensino no tocante à configuração das “escolas de pensamento” e do que o autor denomina “famílias espirituais” de uma mesma sociedade, conformando também o perfil característico da cultura de um país.

Muito embora o autor admita que a Escola seja apenas mais um agente de socialização da pessoa, não pode negar que a totalidade dos traços da personalidade intelectual de uma sociedade ou de suas classes é reforçada pela escola e que, portanto, para se compreender uma determinada cultura, sem que se a ela pertença, nunca será da mesma forma como a compreensão da cultura natal.

4. UMA EXPERIÊNCIA ANTROPOLÓGICA NA ACADEMIA

Os traços característicos da personalidade intelectual de uma sociedade podem ser especificamente identificados quando se observa tanto o processo de ensino, quanto as relações sociais que se dão entre educadores/educandos, educandos/educandos nesta determinada sociedade e conferem-lhe um perfil próprio em termos de como é produzida e reproduzida a cultura social.

Esta é a conclusão a que se chega, após tomar contato com o livro: *A Antropologia da Academia: Quando os Índios Somos Nós*, de autoria do professor Roberto Kant de Lima, antropólogo e pesquisador brasileiro.

Nesta obra, o autor se utiliza da sua experiência pessoal como estudante de graduação no Brasil e pós-graduação (doutorado) nos Estados Unidos, a fim de ilustrar o retro afirmado e provocar uma reflexão acerca das condições brasileiras de produção intelectual, alertando para o fato de utilizar-se-á de referências outras.

Cita sua formação e socialização acadêmica no Brasil em duas graduações (Direito – 1968 e Ciências Sociais – 1974) bem como uma pós-graduação (mestrado em antropologia Social 1978), enfatizando como mais importantes para esta obra as experiências últimas.

Discorre sobre como se dava o processo de aprendizado na faculdade de Direito, onde as relações professor/alunos eram distantes e formais e, informais entre os alunos e profissionais da área.

No curso de Ciências Sociais, a tônica era a participação avaliação dos alunos. Não havia rigor nos horários nem em relação ao conteúdo programático das matérias. Havia uma relação de certa cumplicidade e muito companheirismo entre professores e alunos (empréstimos de livros, não reposição de aulas não dadas, rodas de papo em bares regadas a *chopinho*).

Na pós-graduação, o autor afirma que a coisa já se tornou um pouco mais rígida em relação à agenda do curso e a inter-relação entre alunos e aluno/mestre também.

Quanto às avaliações, estas se pautavam mais em torno do quão “interessante” e “original” era o trabalho valendo para isso, inclusive, o estilo de redação do aluno. Quanto mais literário, melhor.

Em seguida, o autor aborda sua experiência no curso de pós-graduação em Antropologia social que realizou nos EUA, em nível de doutorado. Relata com detalhes a rígida disciplina existente tanto em relação a forma como foi ministrado o curso, como nas relações interpessoais entre alunos e aluno/mestre, que tornava a interação acadêmica difícil, não em função de ser ele oriundo de outro país, mas pelo exacerbado formalismo e rigor em todos os

níveis das relações. Fato que levou a que o autor realizasse uma etnografia dos estrangeiros na Academia americana.

Até mesmo o discurso coloquial segue uma lógica que é adotada como parâmetro para qualquer *composition* oral ou escrita: “a primeira sentença do parágrafo ou a última, é sempre a mais importante, devendo concentrar a essência do que se quer dizer”.

Dessa forma, há uma padronização de estilos que torna mais fácil a leitura e compreensão de qualquer texto acadêmico, mesmo quando se trata de tradução, pois que se retira as características de estilo. E, desse modo, se torna muito menos complicado escrever.

Observa o autor que o modo como é transmitido o conhecimento e elaborada a produção intelectual na Academia americana é resultado de uma verdadeira imposição da forma de expressão, que orienta, organiza o pensamento, e impõe limites à produção intelectual, não só nos trabalhos escritos, que possuem uma forma “cristalizada, disciplinada formalmente, literal e explícita; mas também na produção oral. Estas são realizadas de modo unilateral e monocórdio. Há uma cultura enraizada na Academia americana que condiciona as pessoas a assimilarem e a produzirem mensagens escritas de uma forma literal. Sendo certo, segundo o autor, que até mesmo o número de palavras constantes dos trabalhos acadêmicos é previamente apontado, em total discrepância com o modo de ser da Academia brasileira.

Enquanto lá a agenda é rígida, o tempo preciso e improrrogável, aqui há uma flexibilidade natural em relação a quase tudo, a começar pelos horários de início e término dos trabalhos que sempre começam e terminam fora da hora determinada.

Até mesmo em relação ao público há uma diferença gritante entre as comunidades analisadas. Aqui há uma interação social indiscriminada, havendo inclusive as famosas “conversas paralelas” que muitas das vezes contribuem para o enriquecimento do debate, lá o público se comporta sob regras rigorosas

a que são obrigatoriamente submetidos, implicando em participação por opção aos eventos sem que haja uma política de hierarquização entre eles. Não há debates acalorados, nem apartes ou perguntas, mas observações, se permitidas.

Em suma, como o afirma o autor: há uma valorização da “solidão disciplinada, do autocontrole individual em detrimento do “aconchego” grupal.

Esclarece sobre o entendimento diverso em relação ao significado de “discussão” que para os brasileiros significa desentendimento pessoal e não necessariamente sobre um tema, em inglês significa “esclarecer algum tema específico”, diferente do significado de debate que supõe divergência de opiniões.

Via de regra o auditório brasileiro coloca-se calado ou quando muito pede a palavra para fazer algumas “declarações de princípios” sobre o assunto em pauta, que nem sempre tem a ver com o tema. Segundo o autor, seria uma relação de submissão ou de dominação em relação ao conhecimento que se expressaria através desses processos, fruto do legado do estilo escolástico praticado pelos jesuítas, no qual os debates orais ocorriam para determinar ao final uma tese vencedora, muito próximo do estilo francês, apontado por Pierre Bourdieu, também influenciado pela escolástica.

Sobre os textos escritos brasileiros, nos quais há uma ênfase no estilo literário, afirma haver sempre a necessidade de releituras, para conseguir captar nuances do pensamento do autor, até então não captados, tornando a leitura um exercício saudável e estimulante, inimaginado no cenário acadêmico americano. Pois que o objetivo dos textos é fazer com que o leitor descubra e venha a fundir-se ao autor, captando o seu pensamento e reproduzindo-o fielmente, sem que isto implique em o autor despir-se de sua privacidade, pois ao escrever, nunca aborda tudo.

5. CONCLUSÃO

Chega-se ao final desta breve abordagem, concluindo, à luz do que foi apresentado em torno das questões ligadas aos métodos de ensino e seu compromisso com o descobrimento e a transmissão do conhecimento, pela necessidade da existência, em cada sociedade, de um método de ensino de perfil próprio que promova a evolução sem a perda da identidade.

O campo intelectual da França ou dos Estados Unidos não pode ser o mesmo do Brasil, bem como é equivocada a ideia da importação pura e simples de modelos de produção intelectual alienígenas, pois cada sociedade tem como único o seu processo histórico de elaboração cultural, bem como as características de cada época, ainda que sofra influências externas neste processo.

Esta é também a conclusão de Kant de Lima, ao final do relato de suas experiências e observações, apontando para a necessidade de uma interpretação brasileira do Brasil, de que se atente as diferentes formas de controle da produção intelectual existentes e para o caráter anárquico de como se trabalha a produção do conhecimento no país.

Nosso modo prolixo de ser, nossa oralidade tropical, nossa eterna falta de pontualidade são manifestações objetivas do perfil da identidade brasileira e um reflexo do choque com outras identidades.

Há que haver a crítica para melhorar o padrão, desde que não se adote modelos que entrem em choque com nossa cultura e sociedade. Há que se espelhar no que funciona dentro da nossa forma particular de disciplina.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. *O que falar quer dizer – A Economia das Trocas Simbólicas*, Algés: Difel, 1998.

BORDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983.

LIMA, Roberto Kant de. *Quando os Índios Somos Nós*, 2^a. Ed. Niterói:EDUFF, 1997.